

Secretário de Educação quer acabar com o turno da fome

FOTOS: FRANCISCO GUALBERTO

RAUL RAMOS
Da Editoria de Cidade

O término do turno intermediário nas escolas da rede oficial é uma das metas prioritárias do Plano Quadrienal de Educação do Distrito Federal (1987-1990). Em entrevista ao CORREIO BRAZILIENSE, o secretário de Educação, Fábio Bruno, disse que o chamado turno da fome "é pedagogicamente um crime" e manifestou esperança de acabar com todas as turmas existentes no segundo semestre do próximo ano.

Fábio Bruno vê com bons olhos a decisão dos constituintes de fixar no substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) a proposta de que 18 por cento do orçamento da União sejam revertidos para a educação, mas entende que somente as escolas públicas devem ser beneficiadas com os recursos. Ele presidiu em agosto último a reunião do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), realizada em Cuiabá, quando foi aprovada por unanimidade moção defendendo o percentual.

Na esfera do GDF, Fábio Bruno está igualmente satisfeito: a Secretaria de Educação foi contemplada com a maior fatia (Cz\$ 11,7 bilhões) do orçamento do Governo para o próximo ano. Ao comentar o fato, porém, o secretário observa que em se tratando de educação os recursos nunca são suficientes. Bruno disse que a Fundação Educacional deve iniciar nos próximos dias um grande trabalho de reforma das escolas públicas. Anunciou ainda a implantação de programa para conter a violência nos estabelecimentos de ensino, principalmente nas cidades-satélites, que deverá ser divulgado brevemente. Em seguida, os principais trechos da entrevista:

A imprensa tem denunciado o estado precário das escolas da rede oficial. Os sindicatos também reclamam. O diretor-executivo da FEDF, José Quintas, confirma que 60 escolas poderão ser fechadas no próximo ano. Como a Secretaria encara este problema e o que pretende fazer?

— Olha, eu acho que a gente já fez bastante. Temos reformado muitas escolas. Construímos 412 novas salas de aula somente no ano passado. Agora, a questão das 60 escolas, elas realmente não estão em estado bom, necessitam de reformas, mas não correm o risco de serem desativadas. Temos condições de reformá-las a partir deste mês. Vai ser uma luta contra o tempo, porque temos que fazer isso até dezembro. O governador José Aparecido liberou recursos expressivos para reformar todas essas escolas. De forma que a situação, nesse momento, é bem melhor em relação à que tínhamos na semana passada.

A Secretaria já detectou a atuação de vândalos que depredam as escolas. O senhor admite que há escolas quase ruínas. Houve deficiência na construção dessas unidades?

— A construção dessas escolas foi realmente deficiente. Usaram material de segunda qualidade. Muitas escolas construídas há 10 ou 12 anos, principalmente nas cidades-satélites, deixam a desejar. Houve pressão na construção, o que tornou essas escolas mais frágeis. Quando chegamos, encontramos a rede oficial em ruínas.

A questão da violência nas escolas levou o Governo a criar um grupo de trabalho para estudá-la. O que o grupo tem feito?

— O relatório final está pronto e deverá ser divulgado nos próximos dias. Estamos esperando agora que possamos detectar as causas e os meios de corrigir e atenuar o impacto da violência nas escolas. Tudo isso já foi situado. A análise foi feita por três secretarias (Educação, Segurança, Serviços Sociais e Cultura), além do Juizado de Menores. A comissão visitou as escolas e algumas coisas já têm sido feitas. Há quatro escolas na Ceilândia e uma no Gama com muros já instalados. Mas dentro de duas semanas, a comissão nos dará um organograma de programação antiviolência que será aplicado.

Como seria essa programação? Ela pretende trazer a comunidade para o âmbito da escola?

— Temos que trabalhar junto com a comunidade. Podemos trabalhar através de projetos culturais. Há pais que tocam instrumentos musicais, cantam e querem participar de peças teatrais. Vamos estimular a montagem de peças, através do chamado Carrusel — que leva um caminhão onde não houver palco apropriado.

O orçamento de 1988 reserva Cz\$ 11,7 bilhões para o Setor. A verba atende às necessidades da Secretaria?

— Bem, a educação é muito cara. Nós nunca podemos dizer que é o ideal para a solução final. Mas é o maior orçamento

do GDF. Para nós, isso representa uma satisfação, porque mostra que o governador José Aparecido está indo além do cumprimento da lei que reserva 25 por cento do orçamento para a educação nas unidades federativas.

O Plano Quadrienal parece ser bastante ambicioso. Haverá recursos para implantá-lo integralmente?

— Não. Se você observar atentamente, o plano prevê uma programação até 1990. Mas ele coloca uma série de fatores inibidores. Fatores que podem atrapalhar sua execução. Por exemplo: o atraso no repasse de verbas. Há também o problema da reforma administrativa, da reciclagem de professores, das dificuldades de fazermos a tipologia da escola como pedagogicamente deve ser. Por isso, a meu ver, ele é ambicioso na forma como ele está sendo elaborado. Na verdade, o Plano Quadrienal é a apresentação dos grandes projetos, que estão sendo elaborados a partir das escolas para os complexos, dos complexos para a regional, e da regional para o nível intermediário, e do nível intermediário para o nível central. Com isso, estamos envolvendo praticamente todos os professores que querem participar, discutir e elaborar os sub-projetos que estão enumerados, mas não elaborados.

O que o senhor achou da proposta de escola-mista, elaborada pelo professor Luís Cassemiro, presidente da Associação dos Pais de Alunos de Brasília?

— Estamos examinando a proposta. Numa primeira avaliação, achamos que o professor Luís Cassemiro é favorável à construção de escolas não-públicas.

Por quê?

— Na verdade: o empréstimo da Caixa Econômica Federal para a construção de escolas seria feito sob a responsabilidade de um grupo de pais. Ora, quem não pudesse participar com cotas para o pagamento do empréstimo, é evidente que não poderia ter seus filhos matriculados. Portanto, o conceito de escola pública, escola para todos, sem nenhuma restrição, não está claro nem definido na proposta apresentada. Acho, no entanto, que ela tem um caminho a explorar, que é o cooperativismo. Há países que têm empresas cooperativistas que ajudam o Estado, porque não têm intenção de lucro. Mas 'e preciso que os pais descubram esse caminho.

O Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) aprovou recentemente a implantação de uma Escola Técnica-Industrial, na região de Águas Claras. Quando ela sairá do papel?

— Talvez, das 200 escolas do projeto do presidente José Sarney de escolas industriais, agropecuárias e normais, esta de Águas Claras seja a melhor. Já há uma maquete que foi apresentada ao Presidente da República. A escola será construída pelo Ministério da Educação. Brevemente, nós traremos essa maquete ao conhecimento público para revelar a grandeza e importância desse projeto.

A Secretaria pretende acabar com as escolas de lata (containers)? Haverá um novo projeto?

— Estas escolas foram construídas pela administração passada. Algumas delas, inclusive, estavam em vias de acabamento quando assumimos a Secretaria. Elas realmente representam algo de muito grave, porque se enveredou por um caminho errado. São quentes e mal projetadas. Foram feitas sob o argumento de que seriam escolas removíveis, próprias para serem edificadas em favelas, locais ainda não urbanizados. Mas é impossível se aceitar o padrão dessas escolas. Agora, nós temos outras formas de escolas removíveis, como são as escolas de placa de muro. Na Vila Areal, fizemos uma escola de placa de muro. Na Vila Paranoá acabamos de fazer uma escola removível com 30 salas de aula, com o custo de 20 por cento inferior ao de uma escola de lata, o que torna o absurdo dessas escolas ainda mais absurdo.

O Plano Quadrienal prevê o "resgate do ensino público". Esse ensino já foi bom assim que mereça ser resgatado?

— Há uma grande discussão sobre isso. O ensino público teve um projeto muito bom em Brasília. Até fins de 1963, ele respondeu àquela população de forma muito positiva, com tempo integral em todas as escolas, com escolas-parques etc. É evidente que nesse período aquele ensino foi muito bom. Mas acontece que depois houve um processo de ascensão à escola pública que provocou forte demanda e, ainda, a massificação do ensino. As verbas públicas não acompanharam o aumento de alunos. Houve também uma perda gradual que envolve outros valores. Por exemplo, o do compromisso com a escola pública, a da integração da escola com a comunidade, da escola democrática, dos grêmios estudantis. Tudo isso, foi destruído pelo autoritarismo desses 20 anos. Então daí o nome de resgate. Queremos resgatar esses valores.

O Plano Quadrienal prevê também a fusão do ensino supletivo com o curso noturno. Parece que a proposta encontra resistência. O senhor pode explicar melhor como será esta adaptação? — A questão do ensino unificado não quer dizer necessariamente ensino noturno uniformizado. Vai ser unificado porque vamos fazer um esforço, no qual o supletivo caminha em direção ao ensino regular e o ensino regular caminha em direção ao supletivo. Mas esse atendimento será diversificado ainda e continuará sendo. Todo aluno do noturno é um trabalhador. Quem não é, por alguma razão não está podendo estudar durante o dia. Geralmente, ele já é um adulto, já tem mais de 18 anos. Então nós temos que tratá-lo como adulto, principalmente o aluno pai de família, com uma certa idade, que não pode continuar tendo ensino regular mais de 5 horas por noite, com uma diversidade curricular enorme. Não há como colocar na cabeça de uma pessoa que não tem tempo de estudar aquela quantidade enorme de matérias. Então, nós temos que rever o currículo. Ao mesmo tempo, também temos que fazer com que o supletivo se torne mais efetivo na passagem de saberes. Mas, de qualquer maneira, há uma comissão estudando esse assunto que nos deve apresentar um relatório nos próximos dias.

Vai ser possível acabar com o turno intermediário ou "turno da fome" — conforme prevê o Plano Quadrienal? Quando ele será extinto?



"Acredito que, no segundo semestre de 88, extinguiremos todas as turmas do intermediário"

— Bem, particularmente, considero o terceiro turno pedagogicamente um crime. Há uma controvérsia quanto a este assunto. Estamos esperando uma definição de dados levantados junto às turmas da fome, porque muitas delas foram criadas, talvez, desnecessariamente. Turmas de 16, 15 alunos, poderiam ser somadas a outras. Mas de fato temos entre 360 a 450 turnos intermediários. Precisamos de aproximadamente 200 salas de aula, porque cada uma representa o fim de dois turnos intermediários. Nesse momento estamos construindo na expansão do Setor O, uma es-

cola de 20 salas e estamos prestes a começar outra de igual dimensão. Com isso, teremos condições de terminar com 80 turmas intermediárias no próximo semestre. Pretendemos ainda construir um Ciep no Gama para 1 mil alunos e na Ceilândia outro centro educacional. Acredito que no segundo semestre de 88 extinguiremos todas as turmas do período intermediário.

O que o senhor achou da proposta de que 18 por cento do orçamento fiscal da União seja revertido em favor da educação, conforme estabelece o substitutivo do relator Bernardo Cabral?

— Achamos que se não houver uma exclusividade destas verbas para as escolas públicas, isto é, escolas gratuitas administradas pelo Estado, ou mesmo administradas por entidades ligadas ao Estado, como o Sesi e o Sesc, vai diminuir muito a nossa possibilidade de fazer com que a escola pública possa responder às necessidades da educação. E o problema do analfabetismo, da educação para os adultos, e a questão de desermos a escolaridade para pelo menos os 6 anos de idade, de maneira que possamos ter uma educação ao nível dos anseios do nosso povo. O que nós não concordamos é com o estímulamento dessas verbas de tal maneira que a escola pública não possa resolver todos esses problemas, porque há um estímulamento de verbas para escolas particulares.

A democratização nas escolas, com a escolha dos diretores pela própria comunidade escolar, foi saudada como exemplo de escola participativa. Mas o GDF pretende acabar com esse processo de escolha. O que aconteceu?

— O que foi verificado é que o processo de escolha do diretor, através da comunidade escolar é um avanço, no sentido da democratização da própria administração. Mas, é claro, também, que esse avanço não pode negar a característica de um diretor de escola de participar de uma hierarquia administrativa do Estado. Ele é parte dessa hierarquia. Foi escolhido para exercer a função pública. E nessa função, ele tem seu lugar, tem regras, e isso não foi compreendido por algumas pessoas. Temos, portanto, que aprimorar a democratização. Ela não se faz de uma vez só.

Mas a eleição direta vai continuar?

— Acredito que não. Houve um grande alheamento dos pais em relação ao diretor que estava sendo escolhido. O pai não conhecia o diretor. Ele tinha informações através do filho. Mas o aluno não esgota a escola, o professor também não, nem o funcionário. O que faz realmente a comunidade escolar é a comunidade local. Os pais precisam conhecer a escola, para poder votar conscientemente. O que tivemos nas eleições de 1985 foi uma escolha dos professores. De modo geral, o professor trabalhava o aluno em direção a sua escolha pessoal. O aluno é um aprendiz, é muito influenciado e acaba escolhendo o direitos da preferência de seu professor. Por isso, o governador José Aparecido entende que devemos colocar nas próximas eleições uma organização comunitária mais consistente, com os pais criando associações, podendo fazer a avaliação da escola de seus filhos de tal maneira que seu voto possa pesar.

Até hoje o GDF não conseguiu fechar o acordo coletivo de 1987 com os professores, cuja data-base é em abril. O acordo ainda sai?

— Bem, isso está criando uma situação sui generis. Apesar de não termos chegado a um acordo com o sindicato, nenhum professor está sendo prejudicado naquilo que ele tinha alcançado em outros acordos coletivos. Estamos dando o mesmo tratamento sem acordo coletivo. Agora, se não houver um acordo por extensão no Tribunal Regional do Trabalho foi em virtude de alguns erros cometidos pelo sindicato; não por nós. O GDF propôs, inclusive, um adiamento do dissídio coletivo e o TRT divulgou que não havia como adiar uma coisa que já vinha errada por parte do sindicato na forma de apresentar suas reivindicações.